



**PELOS DIREITOS E VALORIZAÇÃO
DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A LUTA VAI CONTINUAR!

**+ 100€
NA TRU**

**REVOGAÇÃO
DO SIADAP**

**CORRECÇÃO
DA TRU**

**VALORIZAÇÃO
DAS CARREIRAS**

**REFORÇO SERVIÇOS
PÚBLICOS**

O STAL rejeita o ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, e em particular os da Administração Local, e a política de empobrecimento que o governo PS lhes quer impor! Reafirma a necessidade de resposta aos problemas com que estes se confrontam, sublinha a justeza da Proposta Reivindicativa Comum para 2023 apresentada pela Frente Comum, e exige a sua negociação efectiva, no sentido de reverter o actual caminho, garantindo o reforço dos direitos e das legítimas expectativas de melhores condições de vida e laborais dos trabalhadores.

RECUSAMOS EMPOBRECER A TRABALHAR. EXIGIMOS SOLUÇÕES!

Em 2022, o agravamento do custo de vida e a maior inflação dos últimos 30 anos atingiu brutalmente os trabalhadores da Administração Pública, e particularmente os da Administração Local, cujos rendimentos, em média, "encolheram" 20% nos últimos 13 anos. Em 2023 o panorama continuará a ser pouco animador, com as ilusões criadas pelo governo PS a contrastar com a dura realidade: salários "curtos" para meses cada vez mais "longos"; a inflação vai continuar a ser elevada (o Banco de Portugal estima uma taxa de 5,8%), assim como o preço dos bens alimentares (em Novembro, cresceram 20% face a 2021) e da energia (+24,7%), e a cobrança de impostos (até Novembro, o Ministério das Finanças "arrecadou" 47.359 milhões de euros, ou seja, +7053 milhões de euros do que inicialmente previsto para 2022).

Em plena crise social e económica em que vivemos cresceram, extraordinariamente, os lucros dos grandes grupos económicos (as 12 principais empresas do PSI20 anunciaram resultados de 2000 milhões de euros no 1.º semestre de 2022, ou seja +60% em relação em 2021), agravando-se assim o fosso entre os mais ricos e os mais pobres.

Já a "resposta" do governo PS (com os "bolsos cheios") às dificuldades dos trabalhadores foi uma actualização dos salários de 3,6% (em média) para este ano, o que fica aquém do necessário para repor o poder de compra e agrava o empobrecimento dos trabalhadores que, em 2022, perderam o equivalente a um mês de salário. E se recuarmos a 2009, a perda de poder de compra é equivalente a três salários, o que é inaceitável!

Existem verbas e condições financeiras para devolver a dignidade e valorizar os trabalhadores. Não aceitamos que o governo PS mantenha as políticas de empobrecimento. Pode e deve fazer diferente, como taxar os lucros extraordinários e fixar os preços dos bens essenciais.



ALTERAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES PARA 2023

As medidas contidas no OE2023 são de uma gritante injustiça e muito insuficientes, não respondendo aos problemas concretos dos trabalhadores a que se soma a obsessão do governo PS por “contas certas” que conduzem ao empobrecimento de trabalhadores, reformados e pensionistas; à precariedade, que afecta sobretudo os jovens; e à degradação das condições de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública. As alterações do sistema retributivo dos trabalhadores da Administração Pública e do sector público empresarial não correspondem às propostas reivindicativas da Frente Comum, que exige do governo outras soluções mais justas, tendo em conta a enorme desvalorização dos salários desde 2009, com a consequente perda do poder de compra que já supera os 20%!

O governo PS continuou a “remendar” a Tabela Remuneratória Única (TRU) e as tabelas indiciárias, cada vez mais injustas, tecnicamente caóticas e ilegais, já que violam a proporcionalidade que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas impõe.

Importa esclarecer os trabalhadores sobre as alterações impostas pelo DL 84-F/2022, a partir de 1 de Janeiro de 2023:

- Nas carreiras de Técnico Superior e de Assistente Técnico, não há qualquer alteração das posições remuneratórias;
- Na carreira de Assistente Operacional, os trabalhadores que, em 2022, se encontravam nos níveis e posições 2, 3, 4 e 5, passam em 2023 a estar colocados na Posição 1 e no Nível 5. Ou seja, todos continuam a auferir o Salário Mínimo Nacional!

COMO SABER O SALÁRIO A RECEBER?

Para perceber a remuneração devida é necessário:

1. Conhecer a POSIÇÃO REMUNERATÓRIA detida na categoria;
2. Consultar o NÍVEL REMUNERATÓRIO da posição;
3. Consultar o valor correspondente na Tabela Salarial – TRU.

EM 2023, A ACTUALIZAÇÃO SALARIAL FOI DE APENAS 52,11€ OU 2%, E ABRANGE TODOS OS TRABALHADORES, INTEGRADOS OU NÃO NA TRU

CARREIRAS DO REGIME GERAL

CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR

Categoria de Técnico Superior

Posições e Níveis Remuneratórios

Posições

Remuneratórias 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14

Níveis Remuneratórios da Tabela Única 12 16 20 24 28 32 36 40 43 46 49 52 55 58

CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE TÉCNICO

Categoria de Coordenador Técnico

Posições e Níveis Remuneratórios

*Posições Remuneratórias Complementares

Posições

Remuneratórias 1 2 3 4 5 6

Níveis Remuneratórios da Tabela Única 15 17 20 22 23 24

* Posições remuneratórias criadas para os trabalhadores que transitaram do anterior regime.

Categoria de Assistente Técnico

Posições e Níveis Remuneratórios

*Posições Remuneratórias Complementares

Posições

Remuneratórias 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

Níveis Remuneratórios da Tabela Única 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18

* Posições remuneratórias criadas para os trabalhadores que transitaram do anterior regime.

CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL

Categoria de Encarregado Geral Operacional

Posições e Níveis Remuneratórios

*Posições Remuneratórias Complementares

Posições

Remuneratórias 1 2 3 4

Níveis Remuneratórios da Tabela Única 12 14 15 16

* Posições remuneratórias criadas para os trabalhadores que transitaram do anterior regime.

Categoria de Encarregado Operacional

Posições e Níveis Remuneratórios

*Posições Remuneratórias Complementares

Posições

Remuneratórias 1 2 3 4 5 6 7

Níveis Remuneratórios da Tabela Única 8 9 10 11 12 13 14

* Posições remuneratórias criadas para os trabalhadores que transitaram do anterior regime.

Categoria de Assistente Operacional

Posições e Níveis Remuneratórios

Posições

Remuneratórias 1 2 3 4 5 6 7 8

Níveis Remuneratórios da Tabela Única 5 6 7 8 9 10 11 12

TRU 2023

Nível Remuneratório	Valor do montante pecuniário €
1	a)
2	a)
3	a)
4	a)
5	761,58
6	809,13
7	861,23
8	899,77
9	955,37
10	1007,49
11	1059,59
12	1111,72
13	1163,82
14	1215,93
15	1268,04
16	1320,15
17	1372,27
18	1424,38
19	1476,49
20	1528,59
21	1580,71
22	1632,82
23	1684,93
24	1737,04
25	1789,15
26	1841,26
27	1893,38
28	1945,49
29	1997,60
30	2049,71
31	2101,82
32	2153,94
33	2206,05
34	2258,15
35	2310,27
36	2362,37
37	2414,50
38	2466,60
39	2518,72
40	2570,82
41	2622,94
42	2675,40
43	2728,55
44	2781,70
45	2834,86
46	2888,01
47	2941,16
48	2994,31
49	3047,47
50	3100,62
51	3153,78
52	3206,92
53	3260,08
54	3313,24
55	3366,39
56	3419,54
57	3472,69
58	3525,85

a) Base Remuneratória da Administração Pública (BRAP em 2023 = 761,58 €).



Mais informações em: www.stal.pt/salarioAP2023

REFORÇAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS...

A política de direita prosseguida pelo PSD e PS – agora também com a conivência da Iniciativa Liberal e do Chega – impôs o desinvestimento nos Serviços Públicos, na precarização dos vínculos e no encerramento de serviços, com óbvios prejuízos para os trabalhadores e as populações.

E as políticas deste governo são manifestamente insuficientes para resolver os problemas dos trabalhadores da Administração Pública e para impedir a contínua degradação dos Serviços Públicos.

Vejam-se as medidas apresentadas para “responder a esta situação excepcional”: pontuais e caracterizadas pela insuficiência e pelo carácter assistencialista. Não apenas não resolvem as questões de fundo, como agravam o futuro de milhões de trabalhadores e pensionistas de forma permanente.

A Frente Comum – na PRC2023 – apresenta soluções que valorizam os trabalhadores. E exige a negociação das suas propostas em contraponto às opções do Governo.



MÊS DE
ESCLARECIMENTO E DE
LUTA

O STAL EXIGE:

- Aumento salarial de 10%, num mínimo de 100€ na TRU, para todos os trabalhadores; aumento do salário mínimo na Administração Pública para 850€; e actualização do subsídio de refeição para 9 €;
- Correção justa e real da Tabela Salarial – TRU;
- Revogação do SIADAP, e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, equitativo e justo;
- Aplicação efectiva do SPI, e a inclusão do risco, abrangendo todos os trabalhadores que desempenham actividades penosas, insalubres e de risco;
- Descongelamento das promoções e das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e categorias;
- Reposição das carreiras, índices remuneratórios e dos conteúdos profissionais específicos;
- Actualização do valor de todos os suplementos remuneratórios;
- Reposição do pagamento das horas extraordinárias, do trabalho normal em dias feriado e de todos os suplementos que foram alvo de cortes no período da troika, com acréscimo de 50 % na 1.ª hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis; e de 100 % nos dias de descanso, salvo regimes mais favoráveis; e reposição do descanso compensatório;
- Na ADSE, reposição do valor das contribuições, para 1,5% sobre o período de 12 meses;
- Reposição dos escalões de IRS; maior justiça fiscal e protecção dos rendimentos do trabalho;
- Reposição integral do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- Valorização das carreiras profissionais específicas;
- Reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

De 16 de Janeiro a 15 de Fevereiro, o STAL promove um conjunto de acções de esclarecimento e de luta por todo o País e em todos os sectores de actividade. Mobiliza e participa!

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES.